

CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 14 | DEZEMBRO/2019



ANO 2 | Nº 14 | DEZEMBRO/2019

CONJUNTURA

CNseg

Dados Susep de outubro de 2019

Dados ANS de junho de 2019

EDIÇÃO MENSAL

ANO 2 | Nº 14 | DEZEMBRO/2019

Sumário

Apresentação 5

Capítulos

1. Análise de Mercado

Editorial 6
Economia Brasileira 8
Desempenho do Mercado Segurador 15
Resumo Estatístico 20

Glossário 25

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de contribuir para o desenvolvimento do sistema de seguros privados, representar suas associadas e disseminar a cultura do seguro, concorrendo para o progresso do País.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg

A arrecadação do setor de seguros (sem saúde suplementar e DPVAT) no mês de outubro de 2019 foi de R\$ 24,0 bilhões, uma taxa de crescimento de 15,2% em relação a outubro de 2018. É o sexto mês consecutivo com crescimento de dois dígitos em relação ao mesmo mês do ano anterior.

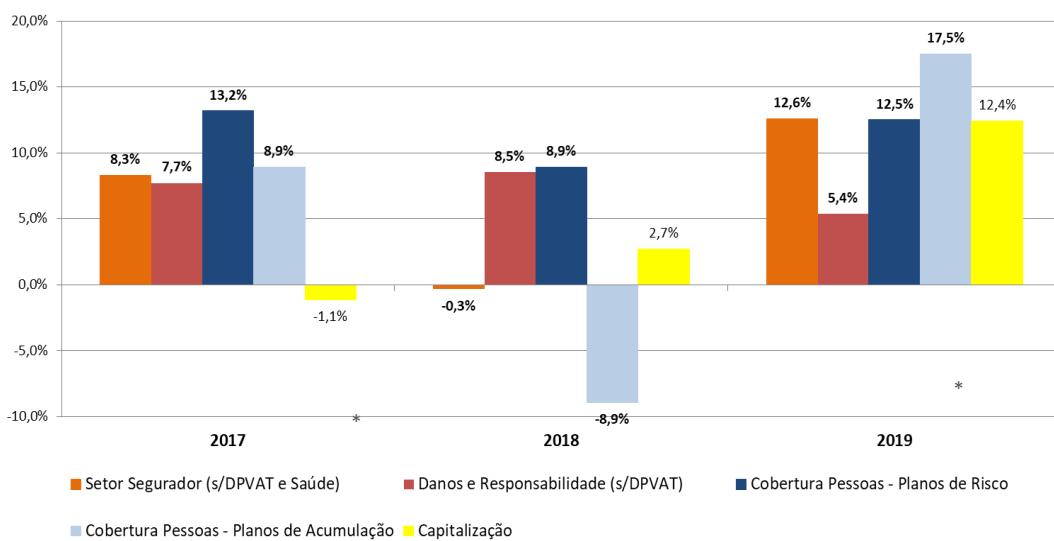
Os destaques foram os seguros Patrimoniais - Riscos de Engenharia (28,3%), Crédito e Garantia – Garantia de Obrigações (44,2%), Responsabilidade Civil – D&O (84,2%), Rural (24,1%), além dos seguros de Vida (26,3%) e Prestamista (21,2%), dos produtos da família VGBL (25,0%) e dos Títulos de Capitalização (15,2%).

No acumulado do ano até outubro, a arrecadação alcançou R\$ 220,6 bilhões, 12,6% acima do volume observado no mesmo período em 2018. O segmento de Cobertura de Pessoas continua sendo o grande responsável por esse bom desempenho, tanto nos planos de risco, com avanço de 15,5% no período, com destaque para os seguros de Vida (20,1%) e Prestamista (23,5%), como nos Planos de Acumulação (17,6%), reflexo da evolução dos produtos da família VGBL (18,7%).

A arrecadação dos seguros de Danos e

Responsabilidade (sem DPVAT) cresceu 5,4% no acumulado de 2019 até outubro, desempenho fortemente influenciado pela carteira de Automóvel (0,4%), ainda que alguns ramos como Patrimonial (12,6%), Responsabilidade Civil (18,2%), Rural (15,4%) e Marítimos & Aeronáuticos (19,3%) tenham alcançado crescimento de dois dígitos. O segmento de Capitalização, com arrecadação 12,4% superior àquela observada em 2018, parece ter deixado para trás, definitivamente, os períodos de crescimento de um dígito observados em anos anteriores.

Variação Nominal da Arrecadação
(acumulado até outubro)

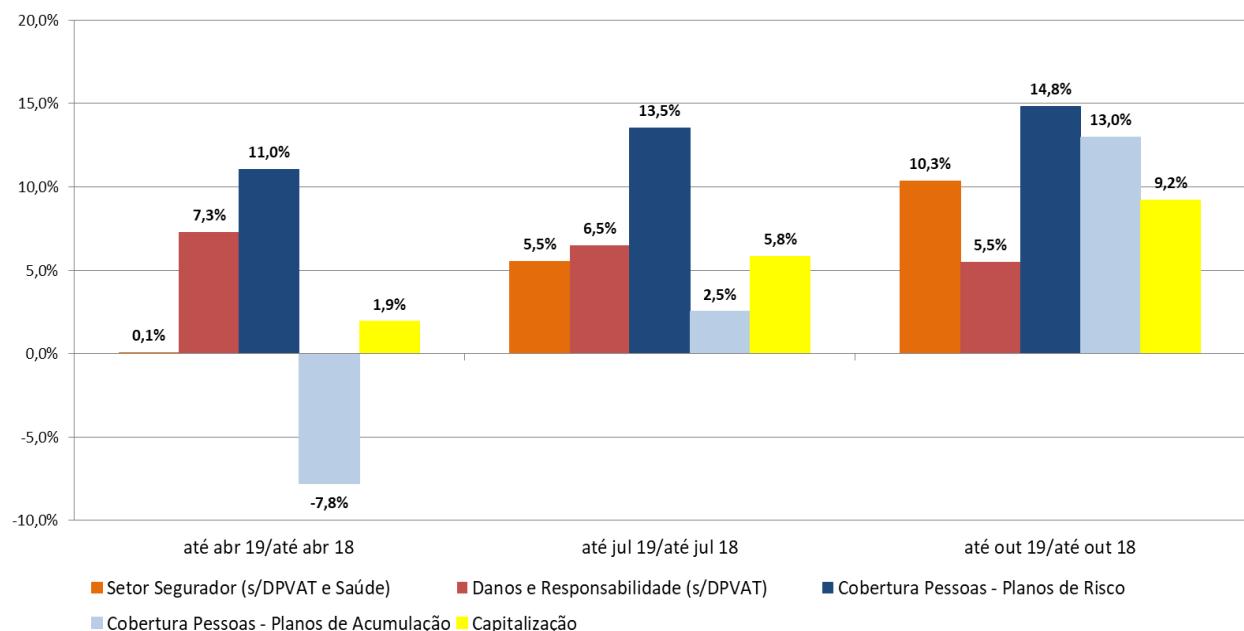


A persistência do bom desempenho dos Planos de Risco em Cobertura de Pessoas, a recuperação dos Planos de Acumulação e da Capitalização parece confirmar a trajetória que levará o setor a um crescimento de dois dígitos em 2019 e é reflexo da preferência pela reposição das perdas financeiras causadas por eventos indesejáveis que afetam o próprio indivíduo (morte, acidente, invalidez...),

pela aprovação da reforma da previdência e pelo novo marco regulatório de capitalização, respectivamente.

Da mesma forma, o desempenho acumulado em 12 meses, que expurga eventuais sazonais no comportamento dos segmentos, ratifica a indicação de um excelente desempenho em 2019.

Variação Nominal de Arrecadação
(12 meses móveis)



Fontes: SES (SUSEP) - Extraído em 25/11/2019

Economia Brasileira

Análise Conjuntural

Um análise feita somente com base nas manchetes dos jornais poderia sugerir que o último mês foi negativo para a economia brasileira. De fato, foram semanas bastante turbulentas e, além disso, muitos desafios permanecem no horizonte. Entretanto, uma análise mais detalhada de indicadores e tendências confirma que a economia brasileira está em trajetória de crescimento e recuperação, ainda que gradual. Assim, vem se confirmado o cenário que temos traçado desde o início do ano, de otimismo moderado com a economia brasileira, principalmente no segundo semestre.

O destaque negativo coube à forte depreciação do câmbio, que de uma cotação de R\$/US\$ 4,00 ao final de outubro saltou para R\$/US\$ 4,22 no final de novembro, uma variação de 5,5%. São diversas as razões para que isso tenha ocorrido. Houve frustração com os resultados do leilão dos excedentes da cessão onerosa do Pré-Sal, marcado pela ausência de empresas estrangeiras interessadas (com exceção de duas estatais chinesas, em consórcio com a Petrobras) e arrecadação inferior à prevista. As manchetes destacaram que a frustração indicava um desinteresse estrangeiro pelo Brasil e os mercados reagiram mal. No entanto, especialistas do setor de óleo e gás destacaram que a principal razão para o desinteresse das estrangeiras foi o desenho do leilão, tema bem mais específico (e árido).

Um acirramento das tensões entre os Estados Unidos e a China – que sofreu forte reversão nos últimos dias, como analisaremos mais à frente – também fez com que os

investidores buscassem ainda mais proteção em dólares, moeda de reserva internacional, reduzindo sua exposição a mercados e moedas emergentes. Para esses países, vale a máxima de que o mercado busca ganhar com crescimento econômico ou com juros – e o Brasil, com juros baixos e economia ainda em recuperação, não está, em curto prazo, atrativo em nenhuma das duas pontas. Atualmente, um país como o México, por exemplo, com taxas de juros mais altas, possui condições mais atrativas para esse tipo de investidor.

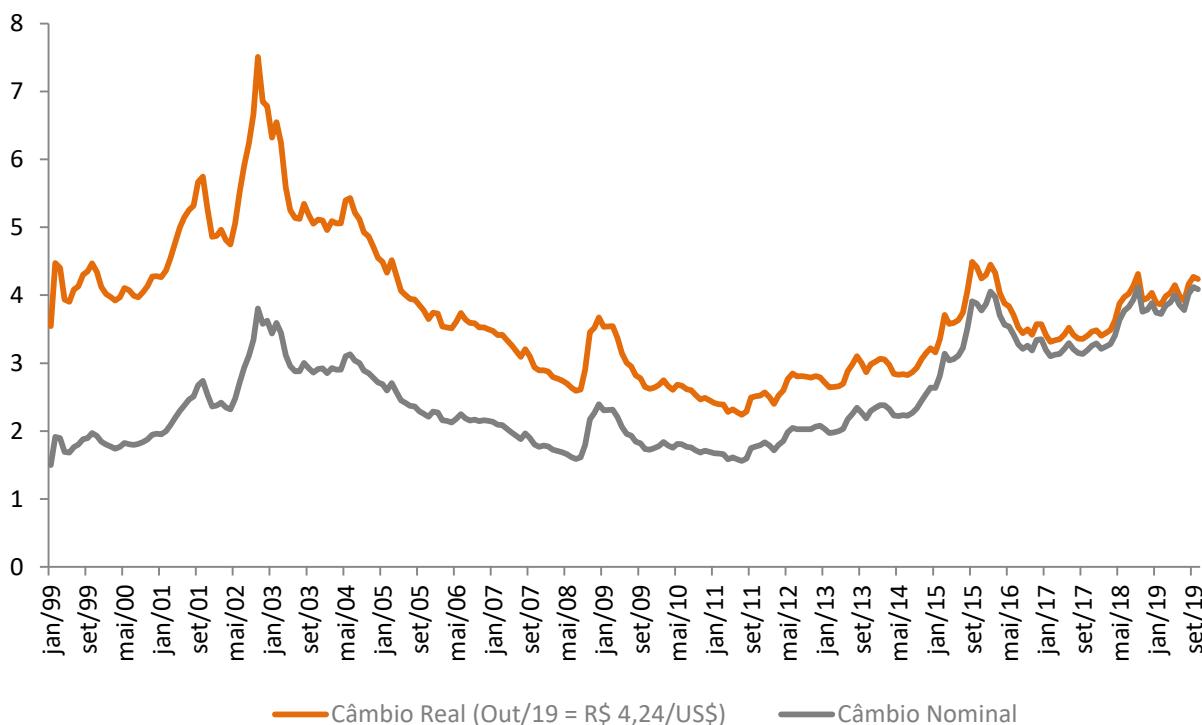
A economia americana continuou a mostrar força, mesmo com os efeitos da disputa comercial com os chineses e com a redução do impulso fiscal inicial propiciado pelos cortes de impostos e aumento de gastos nos primeiros anos da administração de Donald Trump. O PIB norte-americano no terceiro trimestre foi revisado para cima: 2,1%. É uma desaceleração em relação aos 3,1% do começo do ano, mas, ainda assim, indica uma resiliência maior que a esperada da maior economia do mundo. Mais recentemente, dados de emprego atestaram a força da economia, com geração de empregos acima do esperado e redução do número de pedidos de seguro-desemprego.

Finalmente, os números piores do que esperado para as transações correntes do País com o exterior, somados à saída sazonal de dólares no final do ano, levaram o câmbio à máxima de R\$/US\$ 4,24. O Banco Central interveio para conter a volatilidade e fez leilões não programados no mercado à vista para suprir, nas palavras do presidente do BC, Roberto Campos Neto, “gaps de liquidez”, movimento que não ocorria desde agosto.

A cotação nominal, no entanto, esconde os efeitos do diferencial entre a inflação norte-americana e a brasileira. Por isso, é interessante calcular o câmbio real para medir a dimensão efetiva da atual depreciação. Como se vê no gráfico abaixo, o câmbio de R\$/US\$ 4,24 é, em termos reais, mais baixo que os valores que chegou a cotação da moeda norte-americana no período mais turbulento que precedeu o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff,

por exemplo, quando, em termos reais e com base na cotação nominal máxima do último mês, o dólar teria chegado a cerca de R\$/US\$ 4,50. Está ainda muito distante da cotação real máxima, alcançada durante as eleições de 2002, quando, a preços de hoje, o câmbio teria chegado a aproximadamente R\$ 7,50.

CÂMBIO REAL X CÂMBIO NOMINAL (em R\$/US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Própria.

Outras manchetes negativas surgiram por conta da inflação que, por vários meses, só trouxe notícias positivas. Nessa área também, entretanto, as manchetes contam uma história mais pessimista que os dados de fato atestam. Os preços mais altos para energia elétrica em novembro, com a passagem da bandeira amarela para a vermelha nas tarifas, e o significativo aumento no preço das carnes – como efeito do forte aumento da demanda chinesa, que importa mais por conta da redução do rebanho de suínos naquele país causada pela febre suína africana (ASF) – fizeram a inflação de outubro

e novembro ficarem acima do esperado. O IPCA referente a esse último mês apresentou variação de 0,51%, a maior dos últimos 4 anos para meses de novembro. Em 2019, o índice acumula alta de 3,12%; nos últimos 12 meses, a alta é de 3,27%. Dos impactos individuais, o da carne, como era esperado, foi o mais expressivo. Com alta de 8,09% no mês, o item elevou o IPCA de novembro em 0,22 p.p. Por essa razão, a alimentação em domicílio apresentou alta de 1,01%. A alta da tarifa da energia elétrica (2,15%) também pressionou o grupo Habitação para cima.

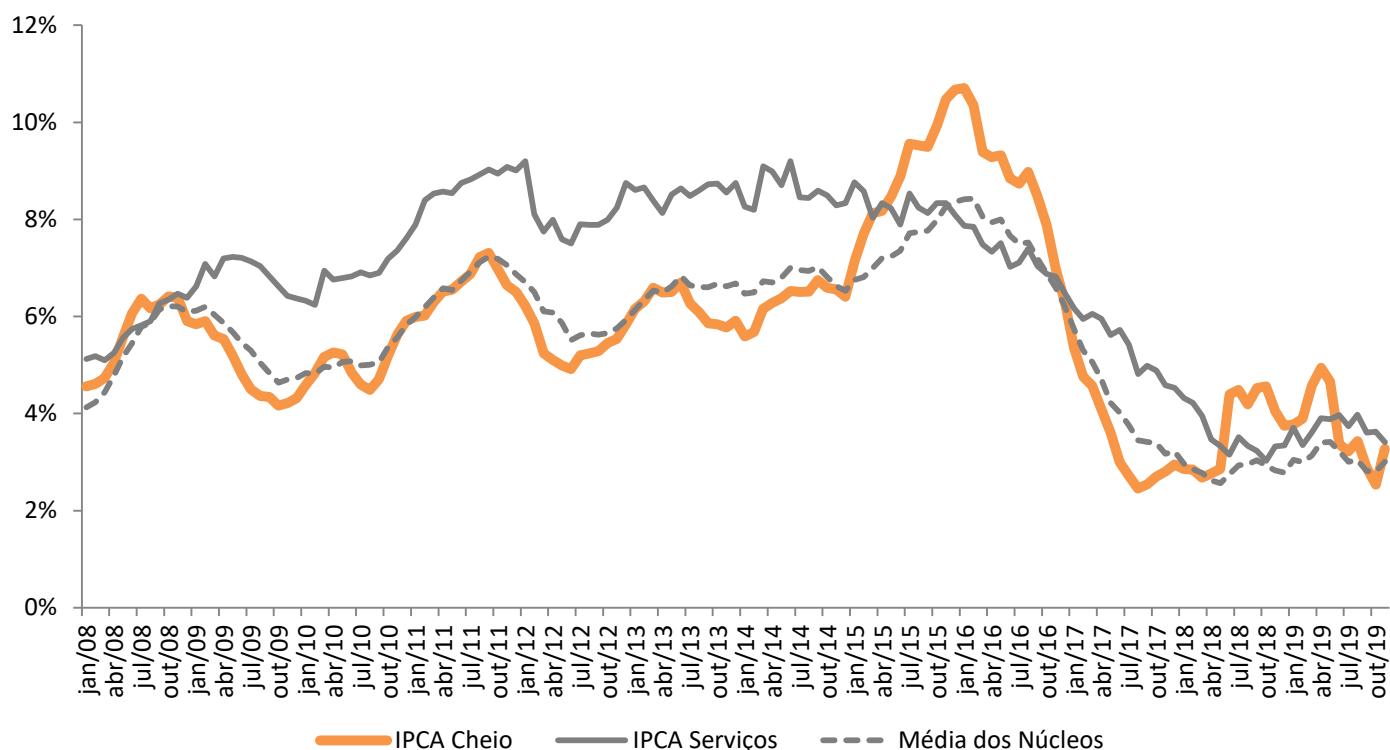
No entanto, os preços da carne no atacado e no mercado futuro já arrefeceram, e a maioria dos analistas especializados acredita que os preços ao consumidor devem voltar a baixar já no início do ano que vem. Por essa razão, as projeções mais longas de inflação praticamente não foram afetadas, como analisaremos na próxima seção.

Como se vê no gráfico abaixo, há poucas evidências de que a inflação pontual das carnes e da energia elétrica esteja se dissipando para outros preços, no que costuma ser chamado de efeito de segunda ordem de um choque inflacionário – que demandaria, segundo o “manual” do regime de metas de inflação, atuação da política monetária. Os preços dos serviços continuam a ceder. A

média dos núcleos de inflação (que, por meio de várias metodologias, buscam captar a tendência dos preços), apesar de uma leve tendência de alta, está muito abaixo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, de 4,25%, assim como a inflação cheia, que deve fechar o ano abaixo dos 4,00%.

Com a inflação ainda baixa e sem evidências de que a meta possa ser descumprida (mesmo com as pressões pontuais dos últimos meses), o Banco Central continuou a reduzir a taxa básica de juros. Com o corte de 0,5p.p. da última reunião, a Selic chegou a 4,5%, o patamar mais baixo da história. As indicações, ao menos por enquanto, são de que permanecerão baixos assim ao longo do próximo ano.

IPCA: ÍNDICE CHEIO, SERVIÇOS E MÉDIA DOS NÚCLEOS
(Acumulado em 12 meses)



Fonte: Banco Central do Brasil.

A realidade é que o último mês foi, sob diversos aspectos, positivo para a economia brasileira, culminando na divulgação do PIB do terceiro trimestre, que veio acima do esperado. As pesquisas conjunturais sobre o nível de atividade divulgadas até agora para outubro mostram que o crescimento deve continuar no último quarto do ano.

O PIB apresentou crescimento de 0,6% no terceiro trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, superando as expectativas. Trata-se de um ritmo anualizado de 2,4%. Os destaques vieram da Agropecuária (1,3%), do Consumo das Famílias (0,8%) – quinta alta consecutiva – e da Indústria (0,8%), ainda que seja importante destacar que esse último resultado se deve, em grande parte, a um forte aumento da produção de petróleo, refletido no resultado da indústria extrativa (12,0%), que sofreu muito no começo do ano com o desastre de Brumadinho, com forte impacto sobre a extração de minério de ferro. A indústria de transformação ainda enfrenta dificuldades, apresentando queda de 1,0% no trimestre. Bons resultados também para a Construção Civil (1,3%), no segundo trimestre consecutivo de crescimento desse importante setor, influenciando o aumento dos Investimentos (2,0%). Exportações caíram (-2,8%) e Importações cresceram (2,9%), atestando a contribuição negativa do setor externo. Dentro de Serviços, as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados cresceram 1,2%.

Na comparação com igual trimestre de 2018, a alta do PIB do 3º trimestre de 2019 chegou a 1,2%. No acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento do PIB ficou em 1,0% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores. No acumulado do ano, até o terceiro trimestre, o PIB cresceu também 1,0% em relação ao mesmo período do ano passado. Em todas as comparações, verificou-se queda no consumo do Governo, queda nas Exportações (aqui, exceção para o acumulado dos 12 meses) e alta nas Importações, o que era de se esperar em uma recuperação impulsionada pelo setor privado no contexto de uma economia global que desacelera.

Outro aspecto positivo do PIB do terceiro trimestre foram as revisões de trimestres anteriores. O PIB de 2018 foi revisado para cima, de 1,1% para 1,3%, enquanto o crescimento no primeiro e segundo trimestres de 2019 contra os mesmos trimestres de 2018 também foi revisados: o do 1º tri/2019 de 0,5% para 0,6% e o do 2º tri/2019 de 1,0% para 1,1%.

Como salientamos em análises anteriores, um desempenho mais favorável no final deste ano poderia impulsionar o crescimento do PIB no ano que vem. Um crescimento maior no final do ano pode impulsionar a taxa de crescimento no ano seguinte por meio do chamado “carreço estatístico”, efeito do cálculo usual para variação do PIB anual, que utiliza a média. Com um crescimento maior no último trimestre, o PIB já entra no ano seguinte, mesmo que não cresça nada, em um nível maior que a média do ano anterior. A tabela abaixo estima qual seria o crescimento “garantido” para 2020 para cada hipótese de crescimento do PIB no último trimestre deste ano.

Crescimento 4º Tri	"Carreço" estimado para 2020
0,00%	0,4%
0,25%	0,6%
0,50%	0,8%
0,75%	1,0%
1,00%	1,2%
1,25%	1,4%

Como se vê, um crescimento acima de 0,75% no último trimestre – que parece razoável dadas as projeções de muitos especialistas – já “garantiria” um crescimento maior que 1,0% no ano que vem. E os primeiros sinais são de que o crescimento deve se acelerar nos últimos meses do ano. A Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF/IBGE), por exemplo, registrou crescimento de 0,8% na produção industrial em outubro em comparação com o mês anterior (série com ajuste sazonal), configurando o melhor outubro desde 2012. Trata-se da terceira alta consecutiva do indicador. A Pesquisa Mensal do Comércio

(PMC) registrou alta de 0,1%, na série com ajuste sazonal, em relação a setembro, sexto mês consecutivo de alta. Na comparação com outubro de 2018, o crescimento chega a 4,2%. Já a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) mostrou que os serviços avançaram 0,8% em outubro frente a setembro, com ajuste sazonal. Contra o mesmo mês do ano passado, o crescimento é de 2,7%. Por fim, o IBC-Br registrou crescimento de 0,2% no mês, terceiro dado positivo seguido. Na comparação com outubro de 2018, o crescimento é de 2,13%.

Na política, após a aprovação da reforma da Previdência, a agenda de reformas continua a caminhar, ainda que mais lentamente, uma vez que são temas bem menos consensuais e que mexem com grupos de interesse mais fortes. Entretanto, a maioria dos analistas concorda que, por mais que algumas estratégias não sejam as ideais para uma aprovação tempestiva das medidas enviadas ao Congresso, as propostas estão, de maneira geral, na direção correta, o que aumenta a confiança na economia brasileira. Também no último mês, o ex-presidente Lula foi solto após a decisão do STF de que réus só podem ser presos depois de esgotados todos os recursos. Alguns analistas temiam que tal fato pudesse adicionar instabilidade ao cenário político nacional e aumentar a polarização social, mas até agora não há evidência concreta de que isso esteja ocorrendo ou possa vir a ocorrer em breve. A independência dos Poderes da República e o protagonismo do Congresso na condução dos assuntos de interesse da economia nacional também inspiram confiança, apesar dos ruídos que surgem nas relações entre esses diversos agentes.

Como comentamos na última edição desta publicação, nosso continente apresenta focos de instabilidade política que podem, como ocorre frequentemente com países emergentes, respingar na economia brasileira e,

portanto, merecem atenção. No último mês, entretanto, o quadro se estabilizou e não há evidências, ao menos por enquanto, de que devam ter uma maior influência no Brasil.

A economia mundial continua a desacelerar e, apesar da pequena margem de atuação dos formuladores de política monetária nas economias desenvolvidas ser uma realidade que assusta e amplia as incertezas, as poucas novidades das últimas semanas são mais positivas que negativas. Os mercados reagiram muito bem ao anúncio da primeira fase de acordo entre China e EUA, antes do que se esperava. É possível que os impactos negativos sentidos até agora possam ter demonstrado que avançar nas negociações seja uma estratégia econômica – e eleitoral, no caso de Trump – mais sensata que o “morde-e-assopra” que tem prevalecido. Esse cenário mais positivo fez as bolsas, inclusive no Brasil, subirem e o Real se apreciar de volta a patamares entre R\$/US\$ 4,00 e 4,10. Além disso, a consistente vitória dos Conservadores nas eleições gerais do Reino Unido fortaleceram o Primeiro-Ministro Boris Johnson, diminuindo a chance de um *Brexit* desorganizado.

Há muitas razões para reforçarmos nossa crença no cenário básico que temos traçado desde o início do ano: a despeito das turbulências de curto prazo e dos grandes desafios, a maior liquidez global causada pela redução generalizada dos juros ao redor do mundo (associada ao fundamental controle das contas públicas nacionais) deve, a médio prazo, representar uma janela de oportunidade para que o País experimente, pela primeira vez em sua história econômica, taxas de inflação e de juros reais estruturalmente mais baixas, estimulando o crescimento da economia e os investimentos. 2020 começa com boas – ainda que moderadas – perspectivas.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 16/12/2019)

As projeções do relatório Focus refletem de maneira bastante clara os impactos dos acontecimentos econômicos e divulgações de indicadores do último mês sobre as expectativas para a economia brasileira neste ano que se encerra e para 2020. Três movimentos principais nas expectativas podem ser destacados: um consistente incremento nas projeções de crescimento do PIB; aumento na projeção de inflação este ano com pouco impacto sobre a inflação do ano que vem e projeção de taxa de câmbio mais depreciada.

O primeiro ponto está diretamente associado à divulgação de uma série de dados positivos relativos ao nível de atividade, ao emprego formal e à confiança empresarial, que foram, ao longo das últimas semanas, indicando que o PIB do terceiro trimestre deveria apresentar crescimento mais alto do que se esperava anteriormente, injetando algum otimismo nos mercados. Após resultados positivos de setembro vindos da produção industrial (0,3%), do setor varejista (0,7%) e do setor de serviços (1,2%) – todos em comparação com agosto – o resultado do IBC-Br, considerado como “prévia” do PIB, surpreendeu positivamente, crescendo 0,44%, com ajuste sazonal. Por fim, como analisamos na seção anterior, o PIB do terceiro trimestre de fato cresceu mais do que se esperava. Com isso, a projeção para o crescimento do PIB este ano subiu de 0,92%, há quatro semanas, para 1,12% na data de corte desta publicação.

A expectativa de uma economia mais aquecida no final deste ano, de certa forma, “vaza” para o ano que vem e, assim, espera-se que a economia entre em 2020 com ritmo de crescimento maior do que se esperava anteriormente. Além disso, um crescimento mais alto no final deste ano pode impulsionar a taxa de crescimento em 2020 por meio do chamado “carreço estatístico”, efeito do cálculo para variação do PIB, que utiliza a média no ano. Dessa maneira, mesmo com um cenário externo desafiador e de alta incerteza, a projeção de crescimento para 2020 foi elevada de 2,17% para 2,25% no último mês. Mais recentemente,

dados confirmam que entramos no último trimestre do ano com a economia mais aquecida, como analisamos anteriormente.

As pressões nos preços de energia elétrica e das carnes acrescentaram alguns pontos inesperados à inflação oficial no último mês. Com isso, a projeção para o IPCA este ano foi significativamente elevada nas últimas quatro semanas, de 3,33% para 3,86%. No entanto, como já exposto, há boas indicações de que se trata de choques temporários, e a maioria dos analistas especializados acredita que os preços ao consumidor devem voltar a baixar já no início do ano que vem. Por essa razão, a projeção para o IPCA no ano que vem permaneceu estável em 3,60%. Vale ressaltar que ambas as projeções se encontram abaixo do centro da meta estabelecida pelo CMN para o IPCA neste ano e no ano que vem, respectivamente de 4,25% e 4,00%.

Uma melhora nas projeções de crescimento com inflação ainda baixa apesar do aumento recente é coerente com uma economia que ainda precisa crescer consideravelmente antes que se feche o chamado “hiato” do produto, ou seja, que se anule a diferença entre o PIB efetivo e o potencial, aquele acima do qual desequilíbrios macroeconômicos – como aumento indesejado da inflação – começam a se manifestar com intensidade. Sendo assim, o mercado continua a não ver razões para que o Banco Central mude a rota esperada para a política monetária, ao menos não por enquanto, que é de redução da Selic para 4,5% este mês e manutenção nesse patamar até o final do ano que vem.

Finalmente, as projeções para a taxa de câmbio sofreram impacto da desvalorização das últimas semanas, mesmo que as projeções para essa variável tendam a se mover mais lentamente. Há, de qualquer maneira, uma percepção de que, ainda que os valores atingidos em novembro sejam muito altos, a tendência para os próximos meses é de câmbio, de fato, mais depreciado. Para o final deste ano, a projeção subiu, no último mês de R\$/US\$ 4,10 para 4,15; para o ano que vem, de R\$/US\$ 4,00 para 4,10.

Indicadores econômicos - realizado e projeção 2019

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				13/12/19	06/12/19	14/11/19	13/09/19	04/01/19
3	PIB	0,96%	1,02%	1,12%	1,10%	0,92%	0,87%	2,53%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,07%	-1,28%	-0,71%	-0,70%	-0,68%	-0,47%	3,04%
3	PIB Indústria	0,12%	-0,05%	0,35%	0,34%	0,22%	0,27%	2,80%
3	PIB de Serviços	1,12%	1,12%	1,20%	1,20%	1,20%	1,21%	2,20%
3	PIB Agropecuário	1,42%	2,03%	1,58%	1,56%	0,74%	0,71%	2,57%
1	IPCA	3,12%	3,27%	3,86%	3,84%	3,33%	3,45%	4,01%
1	IGP-M	5,12%	3,99%	6,03%	5,79%	5,45%	5,07%	4,30%
1	SELIC	4,90%	4,90%	--	4,50%	4,50%	5,00%	7,00%
1	Câmbio	4,22	4,22	4,15	4,15	4,00	3,90	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,88%	55,88%	56,10%	56,10%	56,15%	56,10%	56,70%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-45,66	-54,82	-47,50	-44,97	-35,00	-22,60	-26,00
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	29,14	38,70	43,00	43,60	46,40	52,00	52,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	62,13	79,50	75,55	75,00	80,00	85,20	79,50
1	Preços Administrados	5,18%	4,24%	5,11%	5,10%	4,75%	4,50%	4,79%

Indicadores econômicos - realizado e projeção 2020

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				13/12/19	06/12/19	14/11/19	13/09/19	04/01/19
3	PIB	0,96%	1,02%	2,25%	2,24%	2,17%	2,00%	2,50%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,07%	-1,28%	2,02%	2,20%	2,30%	2,48%	3,00%
3	PIB Indústria	0,12%	-0,05%	2,18%	2,40%	2,23%	2,25%	3,08%
3	PIB de Serviços	1,12%	1,12%	2,00%	2,00%	2,10%	2,10%	2,55%
3	PIB Agropecuário	1,42%	2,03%	2,98%	2,96%	3,00%	2,70%	3,00%
1	IPCA	3,12%	3,27%	3,60%	3,60%	3,60%	3,80%	4,00%
1	IGP-M	5,12%	3,99%	4,17%	4,14%	4,07%	4,05%	4,00%
1	SELIC	4,90%	4,90%	4,50%	4,50%	4,25%	5,00%	8,00%
1	Câmbio	4,22	4,22	4,10	4,10	4,00	3,90	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,88%	55,88%	58,00%	58,00%	58,30%	58,30%	58,65%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-45,66	-54,82	-51,00	-47,50	-38,00	-31,10	-38,00
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	29,14	38,70	38,45	38,95	42,50	47,60	47,25
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	62,13	79,50	80,00	80,00	80,00	85,30	84,44
1	Preços Administrados	5,18%	4,24%	4,00%	4,00%	4,05%	4,20%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 16/12/2019

Notas: 1- dados até novembro/19 ; 2- dados até outubro/19; 3- dados até setembro/19;

*Vide nota de referência de período.

Desempenho do Mercado Segurador

Análise de Desempenho

Chegando ao final de 2019, o setor segurador confirma a sua resiliência perante as adversidades do cenário econômico brasileiro e registra o montante acumulado de R\$ 220,6 bilhões em arrecadação de prêmio direto de seguro, contribuições de previdência e faturamento de capitalização (sem Saúde Suplementar e DPVAT) até outubro de 2019. Esse valor representa um crescimento de 12,6% em comparação com o mesmo período de 2018, sustentando uma taxa de crescimento de dois dígitos pelo sexto mês consecutivo. Com a inclusão da arrecadação do seguro DPVAT, que sofreu redução tarifária em observância à regulação, o valor total acumulado do setor sobe para R\$ 222,5 bilhões (sem Saúde Suplementar), com uma taxa de crescimento de 11,2%, no mesmo período de comparação com ano anterior.

No desempenho mensal, o setor arrecadou R\$ 24,0 bilhões em outubro, sem a arrecadação de Saúde Suplementar e do DPVAT, e R\$ 24,1 bilhões, quando são considerados os prêmios do seguro DPVAT, representando uma taxa de crescimento de 15,2% e 14,3%, respectivamente, em

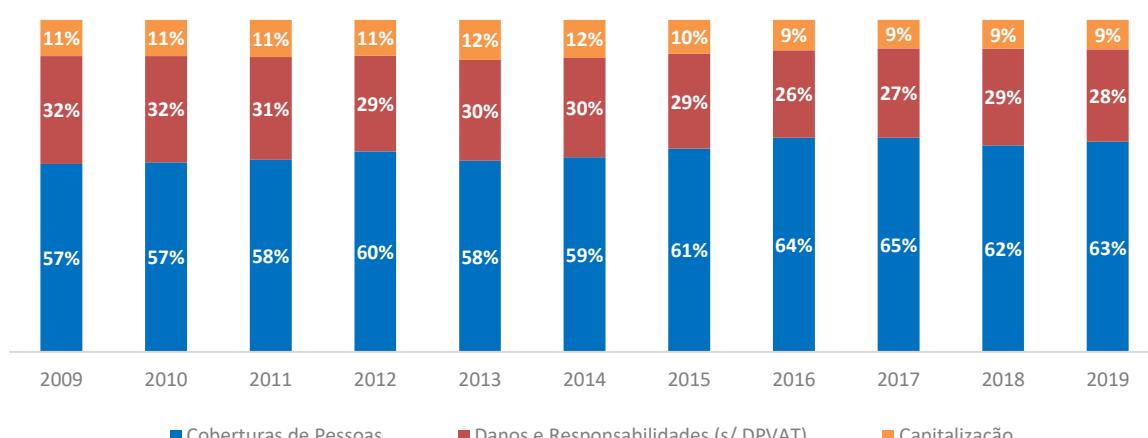
comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Na análise por segmento, Cobertura de Pessoas continua sustentando uma taxa de crescimento, também, de dois dígitos em 2019, tanto na arrecadação mensal com 19,3% e um volume de arrecadação de R\$ 15,4 bilhões, quanto no acumulado com 16,1% e R\$ 139,6 bilhões, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

Como pode ser observado no gráfico abaixo, o segmento de Cobertura de Pessoas, na última década, vem aumentando a sua fatia de participação no setor de seguros. Entre 2009 e 2017, em termos de arrecadação, a participação aumentou 8 pontos percentuais e, apesar da leve queda observada em 2018, neste ano, até o outubro, esse percentual já alcança 63%. Os seguros de Vida e Prestamista, nos Planos de Risco, e Família VGBL, nos Planos de Acumulação, são os principais responsáveis por esse aumento. Os segmentos de Danos e Responsabilidades e Capitalização dividem o restante dessa participação do setor, com 28% e 9%, respectivamente, em 2019.

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO SETOR SEGURADOR

(em % - sem Saúde e DPVAT)



¹ Dados de 2019 até outubro.

Seguindo a análise por segmento, os seguros de Danos e Responsabilidades apresentaram taxa de crescimento mensal de 6,3% (R\$ 6,4 bilhões) e no acumulado até outubro de 2019, 5,4% (61,4 bilhões), em relação aos mesmos períodos em 2018. Os Títulos de Capitalização, por sua vez, apresentaram um resultado mais positivo, mantendo a trajetória observada nos últimos meses, com um crescimento de 15,2% na relação entre outubro de 2019 e de 2018, com um volume de R\$ 2,1 bilhões, e 12,4% no acumulado no ano, em relação ao mesmo período de 2018, aproximando-se de R\$ 20 bilhões de faturamento em 2019.

O segmento Danos e Responsabilidades vem perdendo espaço na participação do setor, conforme gráfico da página anterior. Um dos produtos que influenciaram esse desempenho é o Automóvel, que vem apresentando uma sistemática desaceleração nas séries com taxas em 12 meses móveis (gráfico abaixo). Comparações como esta, consideradas anualizadas, expurgam os efeitos da sazonalidade e evidenciam a componente de tendência. Isto posto, a taxa dos 12 meses findos em outubro de 2019, comparados com 12 meses findos em outubro do ano anterior, para esse produto, foi de apenas 0,8% - 5,4 p.p. abaixo da mesma taxa observada há um ano, em novembro de 2018 (6,2%).

DESEMPENHO AUTO X PATRIMONIAL

(Var. % -12 meses móveis)



Fonte: Susep.

Em outubro, a taxa de crescimento do Automóvel foi de 2,3%, bem inferior aos 6,2% observados em setembro, na

comparação com o ano anterior. No acumulado até os dez primeiros meses do ano, o crescimento foi de apenas 0,4% (com um total de R\$ 29,8 bilhões em prêmios), em relação ao mesmo período de 2018, sendo a menor taxa desde 2016.

Em contrapartida, o grupo Patrimonial vem ganhando força, com uma tendência de crescimento, como pôde ser observado no gráfico anterior. Analisando as taxas anualizadas, ou seja, em 12 meses móveis, o grupo cresceu 13,8% até outubro de 2019 - 5,4 p.p. acima da taxa observada há um ano. Em 2019, em relação aos mesmos períodos do ano anterior, o crescimento do grupo foi de 10,4% (R\$ 1,1 bilhão) em outubro e 12,6% (R\$ 11 bilhões) no acumulado no ano.

Integrando o grupo Patrimonial, os Grandes Riscos tiveram crescimento mensal interanual de 9,9% e acumulado de 12,5%, em relação ao mesmo período de 2018, totalizando R\$ 2,4 bilhões em prêmios no ano. Já os Riscos de Engenharia cresceram, em outubro, 28,3% acima do observado no ano passado e, no acumulado no ano, em relação ao mesmo período de 2018, a taxa foi de 56,5% (com R\$ 411,9 milhões arrecadados).

Esses produtos se correlacionam positivamente com o nível de atividade da indústria, que engloba as atividades de construção civil (construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para a construção). O último resultado, divulgado pelo IBGE sobre a produção industrial² referente ao mês de outubro, mostra um crescimento de 0,8% em relação ao mês anterior, livre de efeitos sazonais, e de 1,0% em relação a outubro de 2018, evidenciando um panorama positivo para os referidos produtos.

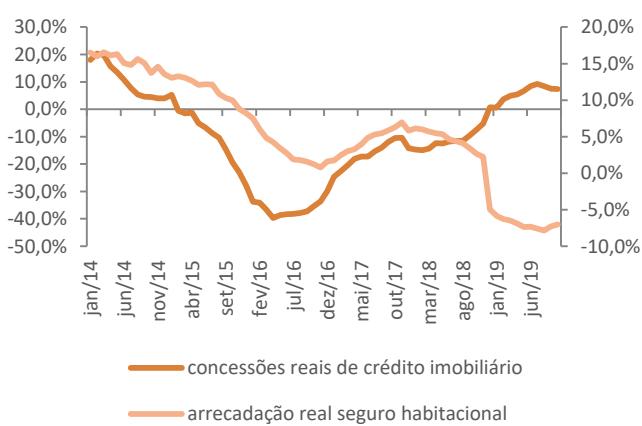
O Habitacional avançou, em outubro de 2019, 4,7% acima do observado em 2018 e 3,9% na comparação entre os dados acumulados até outubro de 2019 e de 2018, com um total de R\$ 3,4 bilhões arrecadados neste ano. Entretanto, quando se compara o acumulado no ano e o crédito imobiliário, é possível identificar um comportamento, no mínimo, curioso.

O crédito imobiliário continua a crescer no País: o financiamento imobiliário, segundo dados do Banco Central, se recuperou de um pior momento da recessão pela qual passou o País, inverteu sua tendência de queda em meados de 2016 e voltou a crescer entre o final do ano passado e o início deste ano. Ainda que haja algum arrefecimento na margem, as concessões com recursos direcionados para o crédito imobiliário cresceram 7,4% no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em outubro de 2019, em termos reais. No entanto, a arrecadação do seguro Habitacional, que historicamente acompanha esse indicador, ainda que com alguma defasagem, parece ter se desprendido e vem desacelerando suas taxas de crescimento desde o final de 2017. Há alguma recuperação nos últimos meses, mas ainda longe de “zerar” tal diferença, como se pode ver na figura a seguir.

CONCESSÃO DE CRÉDITO PF X SEGURO

HABITACIONAL

(Var. % -12 meses móveis)



Fonte: Susep e Bacen

Os seguros de Transportes apresentaram, em outubro, um decréscimo de 5,5%, em relação ao mesmo mês do ano passado, totalizando R\$ 251,8 milhões em arrecadação. Entretanto, analisando a comparação em 12 meses móveis findos em outubro, a carteira registra um crescimento de 8,5%, evidenciando uma tendência histórica positiva. Os sinistros desse grupo também registraram queda, de 22,2%, na comparação mensal interanual. Esse cenário tem se repetido ao longo do ano de 2019 quando são analisadas as taxas anualizadas (em 12 meses móveis), principalmente para a modalidade Transportador, com

queda de 6,4%, que pode ser reflexo da redução nos roubos de cargas. De acordo com os dados da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC & Logística), houve uma queda de 14,5% no roubo de cargas no Brasil em 2018. A região de maior concentração de casos é a Sudeste, ficando responsável por 84,8% das ocorrências. Trata-se da primeira queda desde 2013, com a redução também concentrada na região Sudeste (-15,3%). As ações citadas como responsáveis por essa queda são: intervenção federal na área da segurança do Rio de Janeiro e o forte investimento das empresas de São Paulo em tecnologias de segurança. Desta maneira, esse cenário vem contribuindo de forma positiva na precificação desse tipo de seguro.

O seguro Garantia Estendida registrou um avanço de 6,1%, na comparação entre outubro de 2019 e de 2018, e 7,3% nos dez primeiros meses de 2018, em relação ao mesmo período do ano passado, acumulando uma arrecadação de R\$ 2,7 bilhões. A referida taxa acumulada ainda é inferior àquela observada em 2018 (9,1%), não obstante, com a perspectiva de uma intensificação das vendas de produtos eletroeletrônicos no final do ano, em razão da *blackfriday* e das compras de Natal, a expectativa para esse produto é de um resultado, possivelmente, superior àquele observado no ano passado.

O grupo de Responsabilidade Civil cresceu 31,1% em outubro, em relação ao mesmo mês de 2018, acumulando um forte avanço de 18,2% nos 10 primeiros meses de 2019, comparados ao mesmo período do ano passado. Vale destacar, dentro desse grupo, o forte desempenho do seguro D&O (*Directors & Officers*), que cresceu 84,2% na comparação entre outubro de 2019 e de 2018.

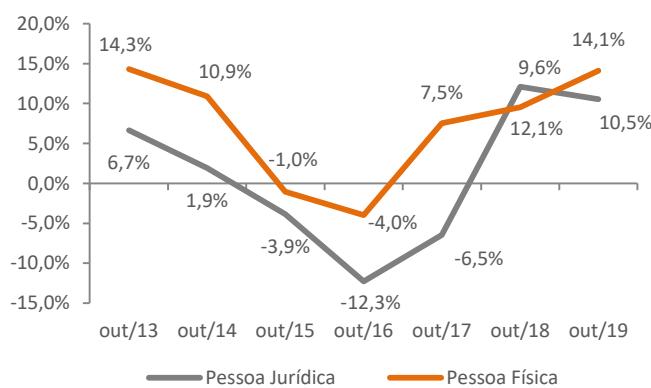
O seguro Rural registrou um aumento de 24,1% na sua arrecadação, em outubro, na comparação com igual período de 2018, solidificando o seu desempenho positivo no ano. Analisando as taxas anualizadas, ratifica-se a referida tendência crescente para o produto, uma vez que, no último ano, tais taxas têm variado entre em 10% e 13%, culminando numa taxa de 13,2%, observada na comparação dos 12 meses findos em outubro de 2019. Essa expectativa também pode ser corroborada pelo

lançamento do Proagir (Programa Agro Gestão Integrada de Riscos), do governo federal, que prevê R\$ 1 bilhão em subvenções para o seguro Rural, no próximo ano, além de promover ações para a gestão dos riscos climáticos. Esse novo programa tem como objetivo reestruturar e aperfeiçoar os programas existentes, como PSR (Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural).

Conforme citado inicialmente, o segmento de Cobertura de Pessoas tem apresentado taxas de crescimento de dois dígitos em relação à sua arrecadação, tanto na comparação mensal, quanto naquela acumulada. Os Planos de Risco registraram um crescimento acumulado em 2019, em relação a igual período do ano passado, de 15,5% (R\$ 36 bilhões). O desempenho positivo desse grupo é atribuído à performance dos seguros de Vida e Prestamista. Este último tem apresentado, em 2019, uma média de crescimento mensal, na comparação interanual, em torno de 20%.

Dados divulgados recentemente pelo Banco Central mostram que o crédito às pessoas físicas continua a crescer com força. No acumulado em 12 meses móveis até outubro (gráfico abaixo), as concessões de crédito cresceram 14,1% em termos nominais. Essa expansão significativa do crédito ajuda a promover a expansão do seguro prestamista, que cresceu robustos 22,5% no mesmo período, também em termos nominais.

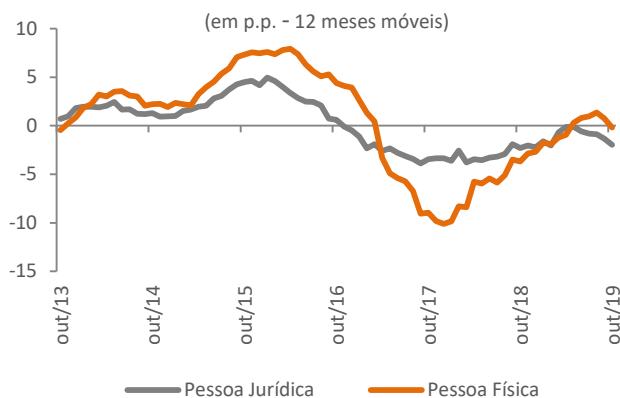
CONCESSÕES DE CRÉDITO PF e PJ (Var. % - 12 meses móveis)



Fonte: BACEN

As taxas de juros médias das operações de crédito mostram um tendência de queda. Em outubro, a taxa média de juros à pessoa física reduziu 0,18 pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano passado. Para pessoa jurídica, a redução foi mais expressiva, saindo de 16,0% em outubro de 2018 para 14,1% no mesmo mês deste ano, uma redução de 1,96 p.p.

TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO



Fonte: BACEN

Entretanto, o Indicador de Custo Crédito (ICC), que mede o custo médio total das operações de crédito, ficou estável em 21% praticamente todo o ano de 2019, considerando a soma dos custos das operações de pessoa física e jurídica.

O desempenho dos Planos de Acumulação continua a se destacar. No embalo da reforma da Previdência, a perspectiva é de aumento na oferta, por parte do setor de seguros, de produtos que ofereçam uma melhor rentabilidade, diante da queda dos juros e taxas menores. A Família VGBL ainda se mostra ser a protagonista, totalizando R\$ 10,6 bilhões em arrecadação no mês, valor 25,0% maior do que em 2018. No acumulado em 2019, o saldo é de R\$ 93,2 bilhões, que representa uma crescimento de 18,7% em relação ao valor acumulado no ano anterior. Os resgastes apresentam uma trajetória de queda. Considerando taxas em 12 meses móveis, em janeiro, o crescimento observado dos resgates foi de 14,6% e, em outubro, a taxa foi de apenas 3,0%.

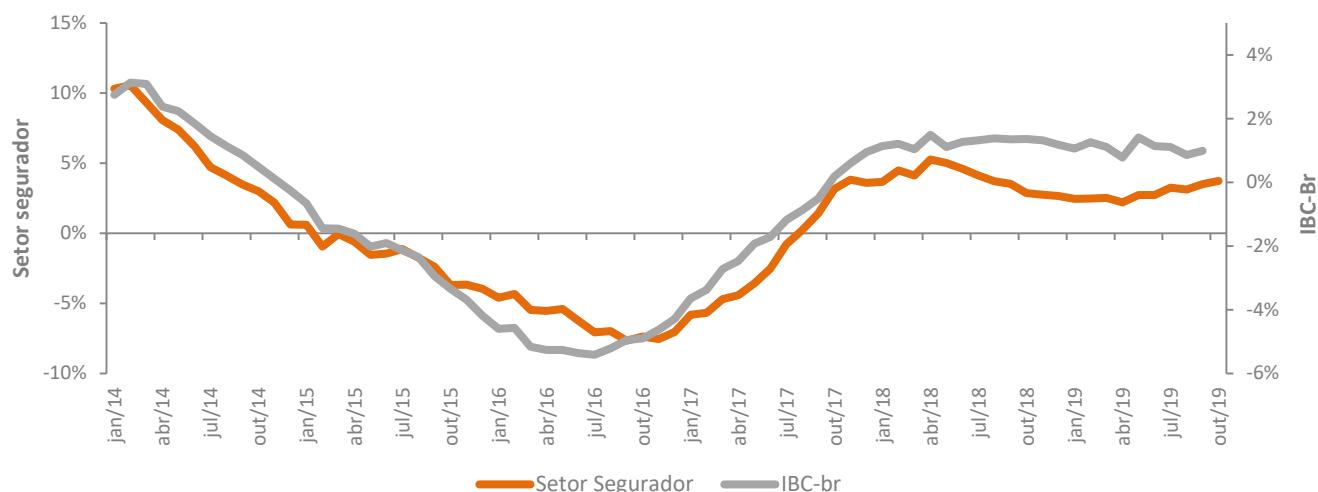
A arrecadação dos Títulos de Capitalização aumentou 15,2% em outubro de 2019, em relação ao mesmo mês de 2018, totalizando R\$ 2,1 bilhões em arrecadação. No acumulado em 12 meses, o montante ultrapassa R\$ 23,2 bilhões, representando um aumento de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os resgates e sorteios aumentaram, após um período de queda, 3,7% em outubro, considerando a comparação em 12 meses móveis.

De uma forma geral, no cenário econômico, os

indicadores de atividade mais recentes mostram que a economia voltou a crescer com um pouco mais de vigor nos últimos meses e o setor segurador certamente tem se beneficiado disso. No gráfico abaixo, que exclui produtos que apresentaram mais volatilidade nos últimos anos (VGBL E DPVAT), é possível ver que o mês de abril deste ano parece ter marcado uma virada no ciclo para a atividade e principalmente para o setor, que passou a crescer a taxas reais cada vez mais altas desde então.

ARRECADAÇÃO REAL DO SETOR SEGURADOR (SEM DPVAT E VGBL) E DO IBC-BR

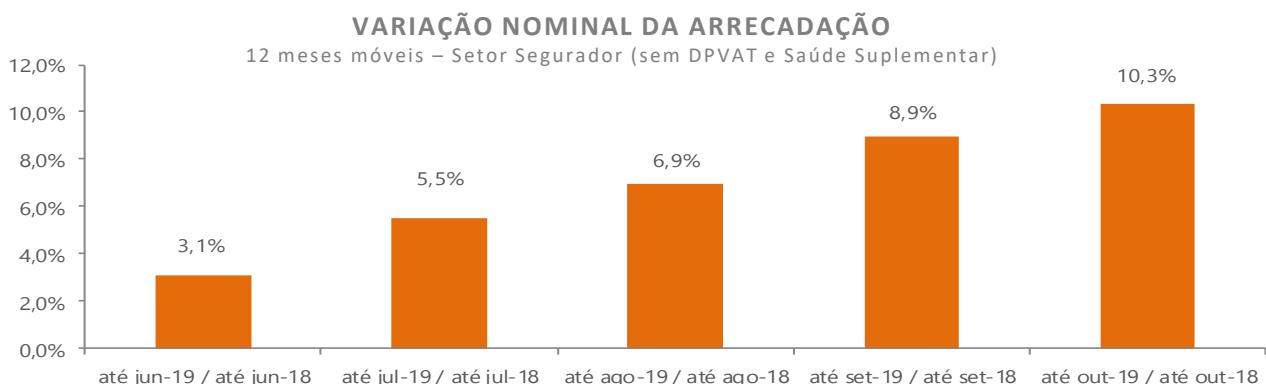
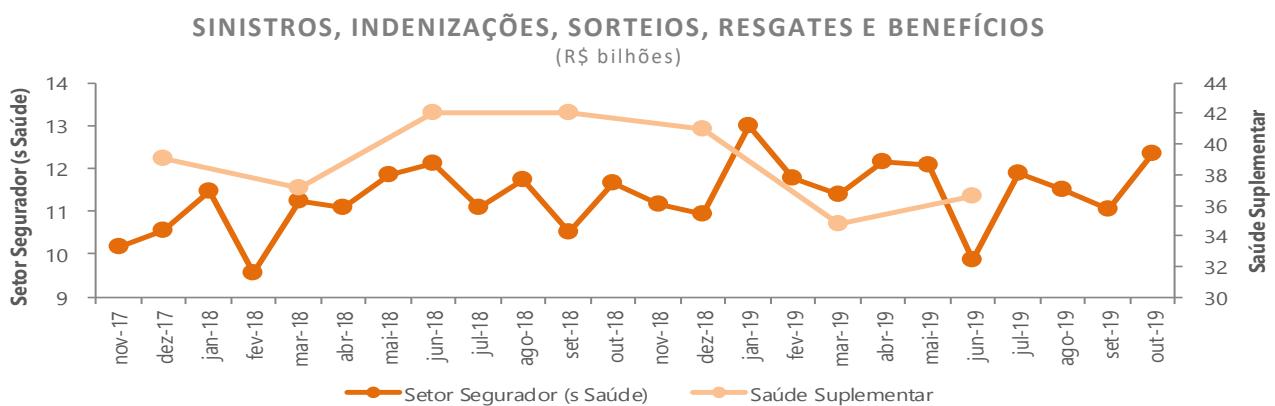
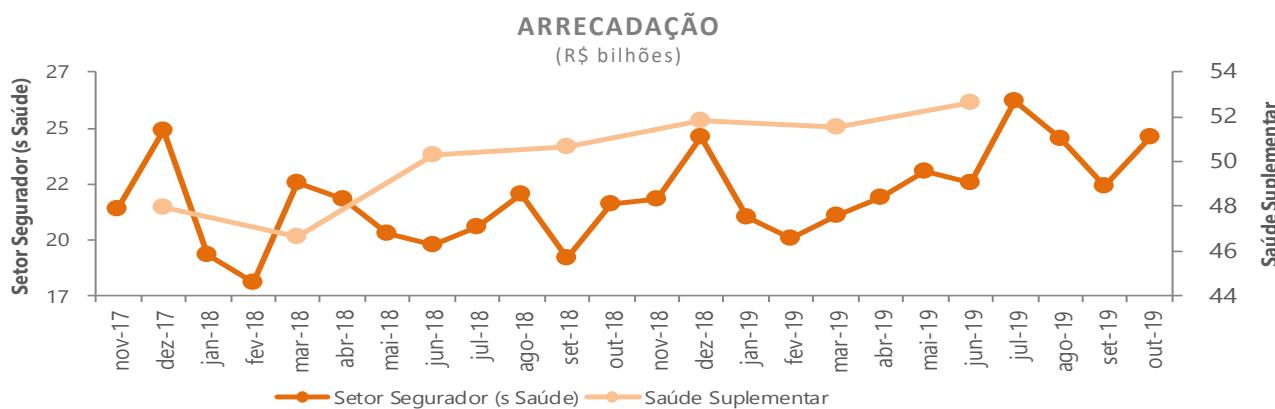
(Var. % - 12 meses móveis)



Fontes: SUSEP e BCB

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 25/11/19)



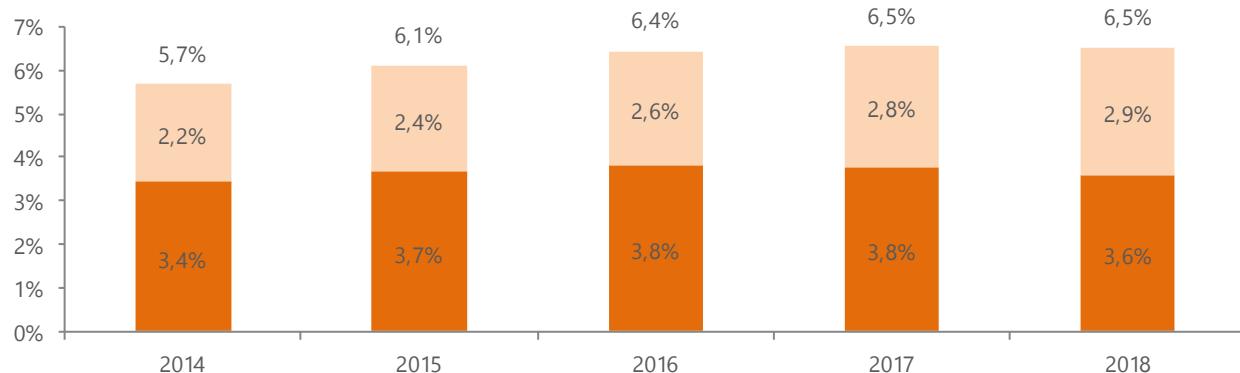
Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.

Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação (em milhões R\$)						
Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até outubro		Variação %	outubro	outubro	Variação %
	2018	2019		2018	2019	
1 Danos e Responsabilidades (s DPVAT)	58.237,77	61.376,51	5,39%	6.035,91	6.416,30	6,30%
1.1 Automóvel	29.693,54	29.815,61	0,41%	3.028,03	3.096,36	2,26%
1.1.1 Acidentes Pessoais de Passageiros	495,37	518,29	4,63%	54,26	53,75	-0,95%
1.1.2 Casco	20.563,45	20.055,92	-2,47%	2.108,47	2.044,21	-3,05%
1.1.3 Responsabilidade Civil Facultativa	6.513,97	6.516,53	0,04%	651,80	684,58	5,03%
1.1.4 Outros	2.120,75	2.724,88	28,49%	213,49	313,82	46,99%
1.3 Patrimonial	9.789,82	11.025,01	12,62%	971,97	1.073,16	10,41%
13.1 Massificados	7.398,80	8.218,48	11,08%	779,71	858,36	10,09%
13.1.1 Compreensivo Residencial	2.501,18	2.640,16	5,56%	266,74	278,34	4,35%
13.1.2 Compreensivo Condominial	375,12	383,53	2,24%	39,54	39,16	-0,96%
13.1.3 Compreensivo Empresarial	1.987,14	2.143,95	7,89%	211,14	224,39	6,27%
13.1.4 Outros	2.535,37	3.050,84	20,33%	262,28	316,47	20,66%
13.2 Grandes Riscos	2.127,86	2.394,66	12,54%	172,74	189,76	9,86%
13.3 Risco de Engenharia	263,16	411,88	56,51%	19,52	25,04	28,26%
1.4 Habitacional	3.333,37	3.463,62	3,91%	338,52	354,35	4,67%
1.5 Transportes	2.535,32	2.700,18	6,50%	266,52	251,78	-5,53%
15.1 Embassador Nacional	749,28	783,82	4,61%	71,03	72,68	2,32%
15.2 Embassador Internacional	425,50	435,88	2,44%	52,66	35,67	-32,26%
15.3 Transportador	1.360,54	1.480,48	8,82%	142,83	143,43	0,42%
1.6 Crédito e Garantia	3.497,14	3.838,83	9,77%	351,65	432,21	22,91%
1.7 Garantia Estendida	2.482,26	2.663,79	7,31%	241,83	256,58	6,10%
1.8 Responsabilidade Civil	1.430,11	1.691,06	18,25%	159,44	209,07	31,13%
18.1 Responsabilidade Civil D&O	320,93	428,78	33,61%	33,98	62,59	84,22%
18.2 Outros	1.109,18	1.262,28	13,80%	125,46	146,47	16,75%
1.9 Rural	3.930,95	4.534,45	15,35%	472,63	586,67	24,13%
1.10 Marítimos e Aeronáuticos	604,06	720,65	19,30%	61,44	38,87	-36,73%
1.10.1 Marítimos	291,48	311,04	6,71%	40,72	18,62	-54,27%
1.10.2 Aeronáuticos	312,58	409,61	31,04%	20,72	20,25	-2,28%
1.11 Outros	941,20	923,30	-1,90%	143,88	117,25	-18,51%
2 Coberturas de Pessoas	120.276,26	139.623,97	16,09%	12.938,40	15.437,71	19,32%
2.1 Planos de Risco	31.194,96	36.036,85	15,52%	3.312,83	3.789,94	14,40%
2.1.1 Vida	12.266,65	14.733,81	20,11%	1.318,53	1.665,89	26,34%
2.1.2 Prestamista	9.302,79	11.491,99	23,53%	961,39	1.164,80	21,16%
2.1.3 Viagem	417,74	492,44	17,88%	41,48	45,87	10,59%
2.1.4 Outros	9.207,78	9.318,61	1,20%	991,43	913,38	-7,87%
2.2 Planos de Acumulação	85.536,14	100.617,09	17,63%	9.222,35	11.372,71	23,32%
2.2.1 Família VGBL	78.536,90	93.254,15	18,74%	8.468,19	10.583,81	24,98%
2.2.2 Família PGBL	6.999,23	7.362,94	5,20%	754,16	788,90	4,61%
2.3 Planos Tradicionais	3.545,16	2.970,03	-16,22%	403,22	275,06	-31,79%
3 Capitalização	17.407,66	19.570,70	12,43%	1.849,29	2.131,15	15,24%
=1+2+3 Setor Segurador (s DPVAT)	195.921,69	220.571,18	12,58%	20.823,59	23.985,15	15,18%
4 DPVAT	4.236,99	1.942,89	-54,14%	268,59	117,45	-56,27%
=1+2+3+4 Setor Segurador	200.158,68	222.514,06	11,17%	21.092,19	24.102,60	14,27%

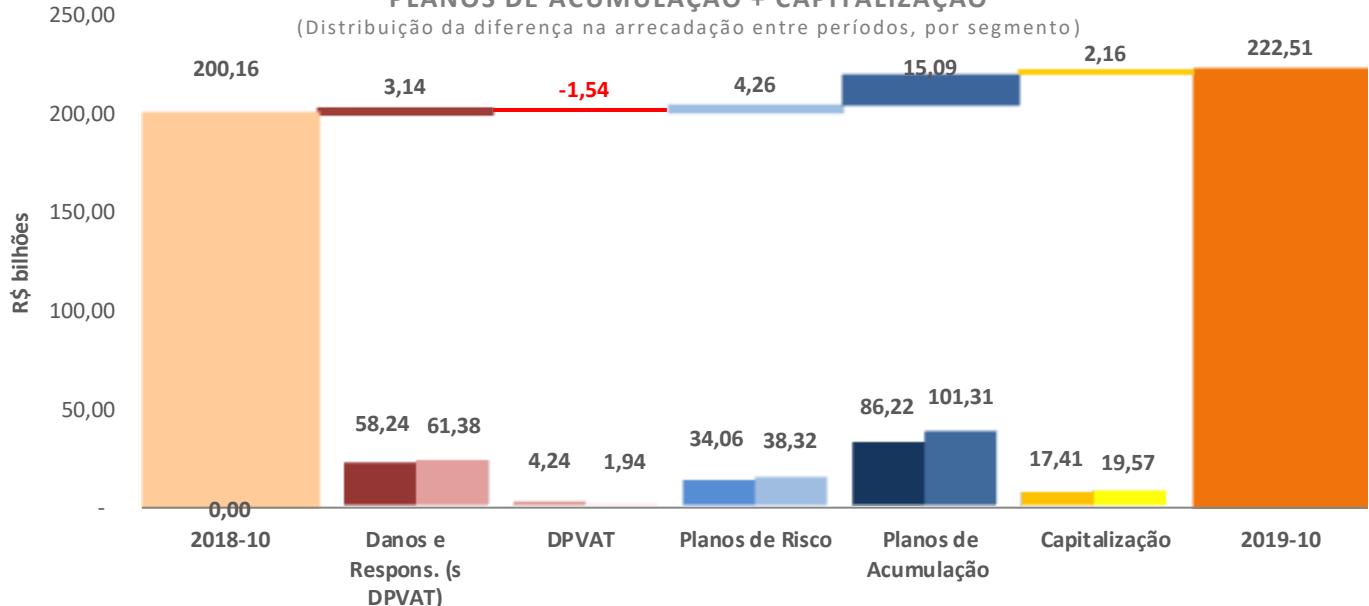
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação. | Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB



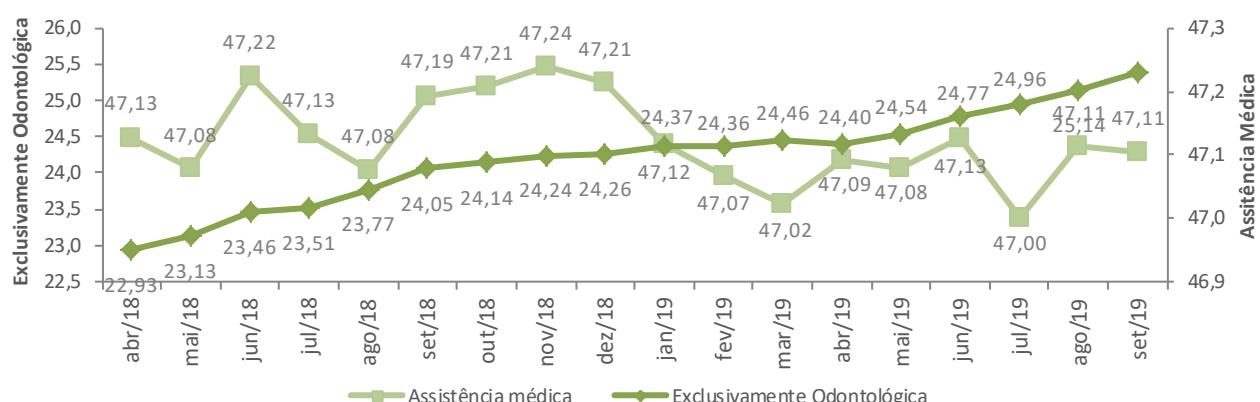
■ Penetração da Arrecadação no PIB - Setor Segurador (s Saúde) ■ Penetração da Arrecadação no PIB - Saúde Suplementar

DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

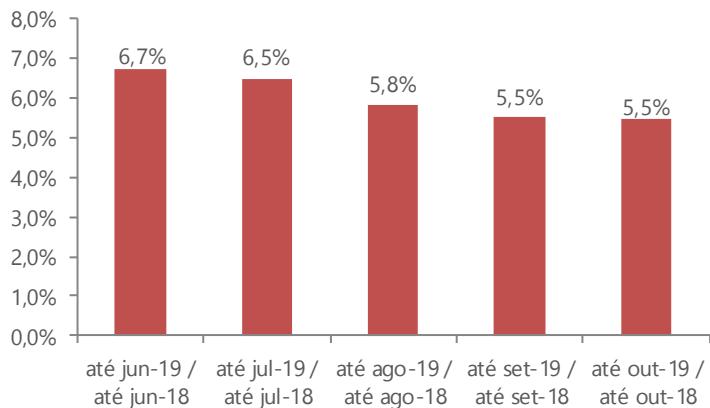
(em milhões de usuários)



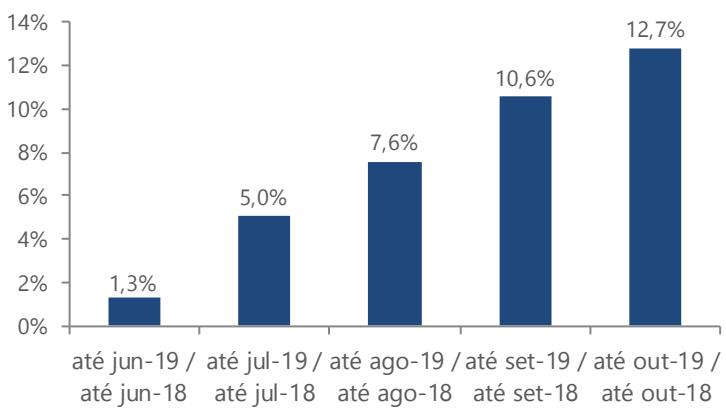
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
 Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEIS

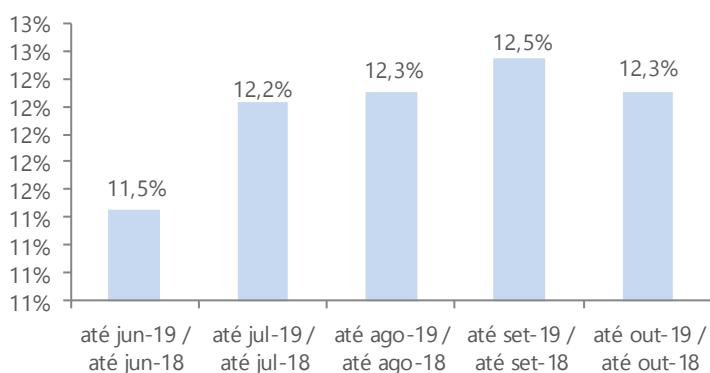
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



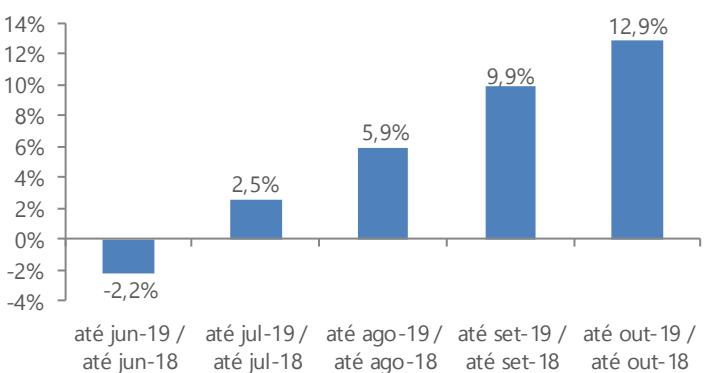
Cobertura de Pessoas



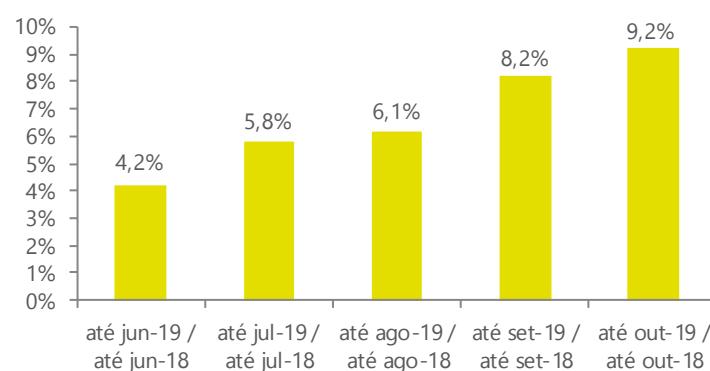
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



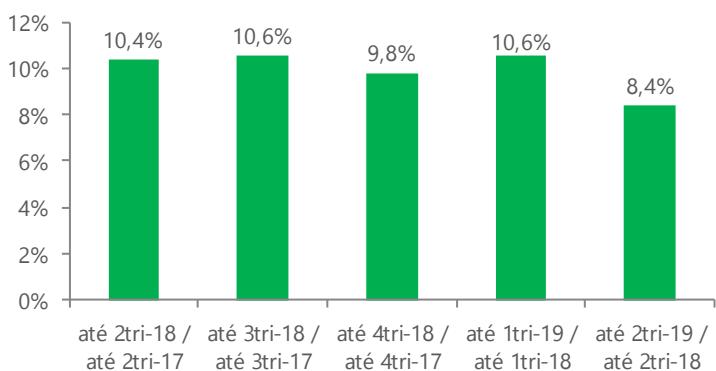
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



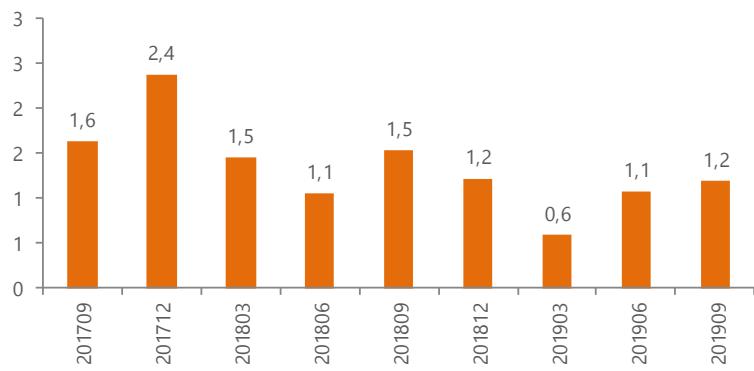
Saúde Suplementar



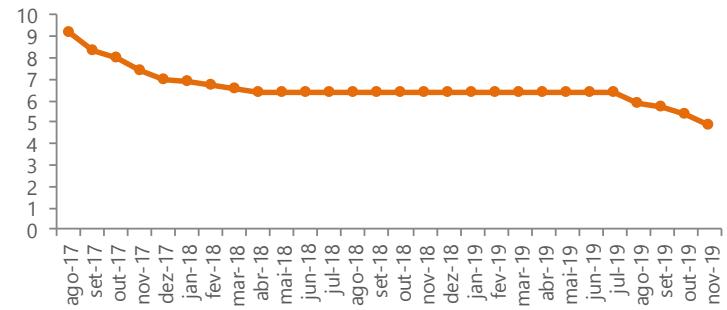
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 16/12/19)

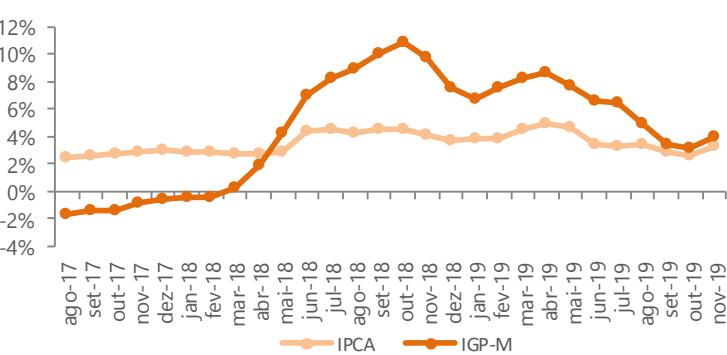
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



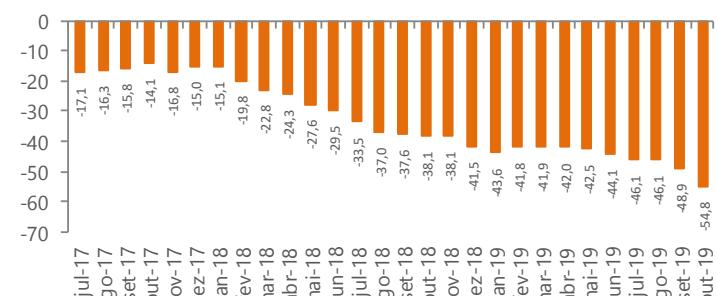
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)

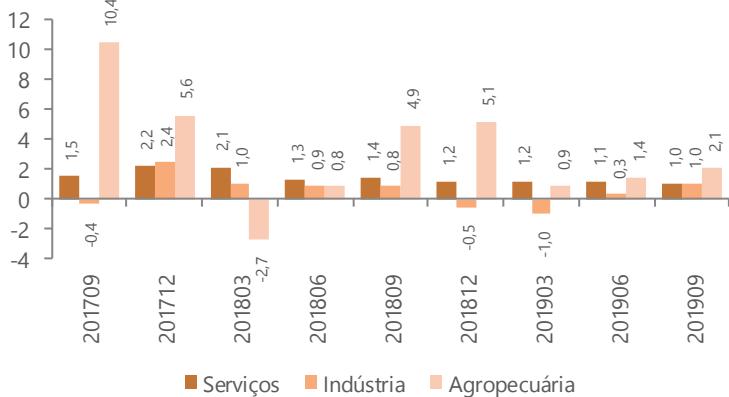


SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)

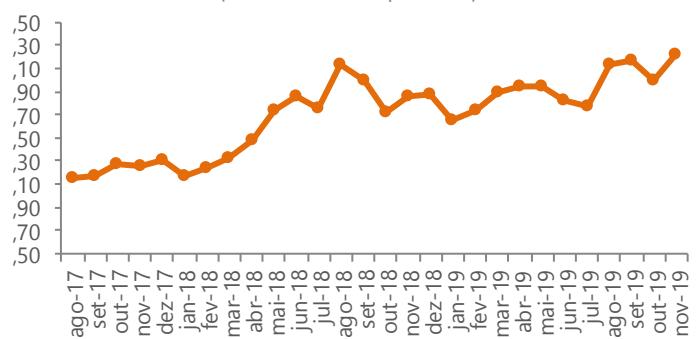


Fonte: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

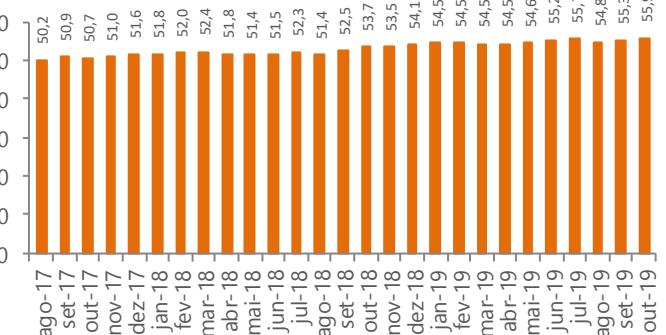
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



TAXA DE CÂMBIO – R\$/US\$
(taxa de fim de período)



DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e resarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador:

Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

Instrumento de Garantia: tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplo calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Outlier: Em estatística, é uma observação que apresenta um grande afastamento considerado significativamente muito grande das demais, ou que é inconsistente. A existência de *outliers* pode implicar em prejuízos a interpretação dos resultados.

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Luiz Fernando Butori Reis Santos
Itaú Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 14 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Lauro Faria – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização